

Data : 23 de outubro de 2008.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contrato de cessão de box, situado no armazém cedido ao cedente pela União Federal, nos termos da Portaria nº 438, de 01/08/94, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a empresa **GOMES & SATURNINO LTDA.** e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar, nos termos do Decreto nº 2.538/2008, de 09/10/2008, publicado na Folha de Andirá de 10/10/2008, contrato de cessão do Box nº 02-G, com área construída de 26,75 m² (vinte e seis metros e setenta e cinco centímetros quadrados), e 117,56 m² (cento e dezessete metros e cinquenta e seis centímetros quadrados), totalizando uma área de 144,31 m² (cento e quarenta e quatro metros e trinta e um centímetros quadrados), situado na Av. Edelina Meneghel Rando nº 02, nesta cidade, no armazém, onde funcionava o IBC, cedido ao cedente pela União Federal, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria nº 438, de 01/08/94, do Ministro da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a empresa **GOMES & SATURNINO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.912.189/0001-87, com sede nesta cidade de Bandeirantes(PR), pelo prazo de 20 (vinte) anos, sem quaisquer ônus.

Art. 2º - O box a que se refere o artigo anterior, destina-se às atividades no ramo de compra e venda de bateria e prestação de serviços, que gera cerca de 01 (um) emprego.

Parágrafo Único – A cessionária se obriga a manter durante o contrato de cessão do box, 01 (um) emprego direto, sob pena de considerar-se rescindido de pleno direito o referido contrato.

Art. 3º - Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, objetivando o box mencionado no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Ocorrendo a rescisão da cessão, sob regime de aforamento, pela União Federal, conseqüentemente a retomada total do imóvel, a presente cessão pelo Município tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito à empresa cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas.

Art. 5º - Os direitos e obrigações aqui mencionadas não excluem os outros explícitas ou implicitamente decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2008.

José Fernandes da Silva  
Prefeito Municipal